



Desemprego e Inflação: reflexões sobre as causas e consequências no Brasil

Gustavo Roberto Bonifacio (UEL)¹

Resumo: Em um período em que a inflação de preços e o desemprego estão no centro das atenções e afeta diretamente a população mundial, interferindo na situação econômica de países e por consequência na sociedade que sofre com as intervenções governamentais, economistas tradicionais questionam a inflação e o desemprego como duas questões estritamente opostas e relatam que o capitalismo está condenado a este processo cíclico, de expansão e retração. Assim, este trabalho busca refletir como o governo brasileiro, através de suas tentativas de intervirem e controlarem a economia e todo o processo harmonioso de livres trocas do mercado contribui ativamente com as crises econômicas do país. Para realizar a análise proposta, teremos como base o pensamento de estudiosos da Escola Austríaca, Friedrich August Von Hayek e Jesús Huerta de Soto, tais autores apresentam uma versão totalmente diferente da formação dos ciclos econômicos, versão da qual discutiremos ao longo deste artigo. Bem como, a questão da economia brasileira que segundo Hayek durante anos o sistema produtivo atuou em completo desequilíbrio, devido a forte intervenção do governo estimulando a demanda e direcionando ao consumo. As estratégias de incentivos ao consumo geraram consequências que atingiram diretamente a população que logo se viu pressionada pelo desemprego. Contudo, propõe-se refletir sobre a atual crise econômica no Brasil sob a luz de autores da Escola Austríaca e com base nas teorias de Hayek (2011) e Soto (2012).

Palavras-chave: Desemprego. Inflação. Políticas Econômicas.

¹ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Londrina.

Desemprego e Inflação: reflexões sobre as causas e consequências no Brasil

Introdução

"O melhor programa econômico do governo é não atrapalhar aqueles que produzem, investem, poupam, empregam, trabalham e consomem."
Barão de Mauá

Há algum tempo tem se debatido o assunto do desemprego e da inflação de preços, tema bastante discutido entre os economistas. Em tais discussões, parece haver certo consenso quanto à existência de uma relação inversa entre o desemprego em baixa que tende a refletir uma inflação alta, ao passo que o desemprego em alta mostra uma inflação baixa, mas será que essa relação está correta? Pode-se afirmar que o desemprego e inflação seriam realmente grandezas inversamente proporcionais? Ou seriam esses os únicos fatores da instabilidade econômica? Tenta-se abordar aqui a relação entre expansão da base monetária, bem como sua implementação pode gerar determinados setores altos níveis de superemprego no presente e acabam por culminar em desemprego no futuro. Portanto, apresenta-se uma visão em que o desemprego e a inflação não são necessariamente vistas como forças opostas, mas sim consequências de políticas econômicas intervencionistas e políticos ávidos por controlarem a economia.

Existem alguns economistas que alegam ser inerentes ao capitalismo os processos de crescimento seguindo por um período de forte encolhimento, ou seja, algo que pode ser considerado até como inevitável, portanto, se utilizando do aparato estatal os governos devem intervir na economia de modo a tentar minimizar os danos causados durante as recessões. Contudo, muitos ainda não percebem ou até mesmo negam a aceitar o fato dos governos estimularem o consumo e a consequência deste incentivo são as grandes crises econômicas espalhadas pelo mundo afora.

Por intervenção do governo e suas políticas de controle a economia acabam por causar enormes desequilíbrios no processo produtivo e levam a severas recessões. Uma das formas mais comuns de se fazer política econômica é através da política monetária, essencialmente através do controle da base monetária, para se estimular o consumo, o governo passa a colocar mais moeda em circulação, assim, expande sua base monetária.

A expansão da base monetária possui papel fundamental no processo de inflação e desemprego, ou seja, é por meio dela que o governo exerce grande poder na economia sendo capaz de influenciar diretamente nas decisões a serem tomadas no mercado, podendo direcionar o consumo, estimular novos investimentos, assim, gera-se como consequência uma grande distorção nos níveis de preço e alocação de mão de obra ao colocar maior quantidade de dinheiro em circulação. Desta forma, o governo não é capaz de fazê-lo uniformemente, na verdade, é impossível que o faça, sendo que somente alguns, os primeiros a receberem esse novo dinheiro serão os grandes beneficiados. Com maior demanda gerada artificialmente, os empresários deslocam capital e mão de obra para setores que agora aparentam serem mais lucrativos, mas o são simplesmente por uma interferência externa e não uma criação genuína do mercado.

Ademais, para que possa suprir essa nova demanda, será necessário que ocorra um aumento na produção, de modo a satisfazer esse novo consumo gerado. No

entanto, capital e mão de obra também são recursos escassos, isso fará com que o aumento de produção em qualquer setor venha acompanhado de uma significativa redução na alocação dos fatores produtivos nos setores que agora não recebem incentivos, com isso provoca um verdadeiro caos no processo de produção, rompendo, assim, toda uma cadeia complexa e harmoniosa.

Durante anos o Brasil foi inundado por vultosas somas de empréstimos, com volumes absolutos aumentando ano a ano, essencialmente por meio das linhas de crédito com juros subsidiados, financiados prioritariamente pelos bancos públicos e estes eram remunerados com o dinheiro dos pagadores de impostos.

Talvez a sensação inicial pudesse ser de grande euforia, afinal, emprego em alta, consumo farto, empresas pujantes surgindo, o Brasil se tornando uma verdadeira potência no cenário mundial, com o país chegando a ocupar posições de destaque e figurando entre as principais economias do mundo. Ou seja, tudo caminhando tão bem que ninguém imaginaria o que estaria por vir.

Gerar certo nível de emprego adicional é algo que pode ser realizado sem muita dificuldade e esforço, na verdade, é até simples de fazer, basta apenas que os governos decidam gastar mais, construir pontes, rodovias, enfim, gerar obras públicas e assim passam a criar novos volumes de empregos, sob a justificativa de estarem estimulando a economia e ajudando aqueles que estão desempregados. Com essa atitude atraem mãos de obra para esses projetos, que cedo ou tarde terão um fim.

Nas palavras de Hayek:

"Na verdade não há nada mais fácil que criar emprego adicional por algum tempo: basta aliciar trabalhadores para algumas atividades que, através de dispêndio de dinheiro novo, criado para especialmente para esse fim, passaram a ser temporariamente atraentes."

(HAYEK, 2011, p. 19).

O cerne do problema está no fato de todo esse processo se mostrar completamente insustentável, estimulados pelo consumo em alta. Empresários são induzidos a arriscar em mercados que aparentam ser lucrativos, mesmo que estes não possuam nenhuma experiência no setor que irão se aventurar, mas por que isso ocorre? Como existe oferta de crédito barato, o consumo em determinados setores está cada vez aumentando mais, assim a enorme facilidade no acesso a financiamento faz com que a taxa de retorno aparente seja maior que o custo do investimento necessário.

Enquanto o mercado se mostrar atrativo, o processo de entrada de novas empresas continuará até o momento em que os lucros já não se mostrem tão vistosos. A situação se torna preocupante justamente quando esse processo de expansão encerrar, empresas certamente irão sair do mercado, afinal de contas os empresários já não podem mais contar com capital de giro próprio. O caixa das empresas está em níveis baixíssimos e dependem cada vez mais de empréstimos bancários para sobreviver, investimentos foram realizados e consumiram a saúde financeira das empresas, porém, ao chegar ao final do processo de expansão o dinheiro passará a custar mais para empresas e famílias, a exemplo citamos o crédito que agora está muito mais restrito.

Tais empresas não terão como se manterem em funcionamento, e logo chegam à falência e encerram suas atividades, levando junto com elas milhões de empregos. Assim, as primeiras empresas a perceberem a crise e as reduções nos volumes negociados deixam o mercado antes mesmo de explodir, nestes casos, possivelmente terão seus prejuízos reduzidos frente aos que continuaram no mercado.

Enquanto durar o processo de expansão da base monetária os níveis de emprego tenderam a manter em níveis elevados, mas tão logo esse processo cesse, o desemprego começará a dissipar, isso ocorre como uma maneira natural de corrigir o que por anos vem se mantendo em completo desequilíbrio, sobretudo, com maciças injeções de crédito na economia. O ajuste vem para reestabelecer a ordem natural de todo o sistema produtivo, que há muito tempo foi completamente destruído pelos governos na tentativa de impor algum controle sobre a economia.

O meio produtivo que trata de uma cadeia completamente interligada e complexa, tentará colocar em equilíbrio novamente os fatores de produção. Portanto, como observou o professor Jesús Huerta de Soto:

"A consequência essencial da expansão de crédito sobre a estrutura produtiva consiste, em última instância, na descoordenação do comportamento dos diferentes agentes econômicos." (SOTO, 2012, p. 356).

De fato podemos verificar essa afirmação observando mais de perto o caso do Brasil recente. A construção civil, por exemplo, um dos setores mais beneficiados pelas políticas de incentivo ao consumo, após o ano de 2008 contratou lançamentos que surgiam antes mesmo que empreendimentos anteriores fossem entregues e totalmente vendidos e estimulados por um mercado aquecido artificialmente através da concessão de crédito. Nunca se viu tanta prosperidade no setor imobiliário como nesse período.

Não há nenhum registro na história de tanto imóvel sendo comercializado como entre os anos de 2008 e 2015, mas assim como os demais setores incentivados, tão logo o governo se viu forçado a frear o processo inflacionário, levantou barreiras e passou a dificultar a concessão de crédito, bancos inundados pela inadimplência passaram a restringir o acesso a financiamentos. O setor se viu mergulhado em completa depressão, o mercado por si só não era capaz de absorver toda aquela produção, tudo aquilo só era possível manter por anos graças à intervenção e com os incentivos públicos. O setor imobiliário passou a sentir os efeitos da crise, a estagnação monetária começou a fazer suas vítimas, culminando por ser hoje um dos setores que mais demite.

Para manter esse processo constante, o governo continua acelerando a expansão da base monetária e para isso endivida-se ainda mais, principalmente com a emissão de títulos públicos como forma de financiar as obras públicas; quitar parte das dívidas contraídas ou subsidiar empresas e setores inteiros que são de interesse do governo. Isso tudo aliado a um sistema bancário que fornece ainda mais poder para essas medidas, através do sistema de reservas fracionárias, o governo usa os bancos para multiplicar o dinheiro (no Brasil esse valor depende do tipo de ativo que está aplicado, se depósitos a vista, depósitos a prazo ou poupança), então mesmo que não exista emissão física de moeda, a base monetária expande; cedo ou tarde o governo deverá arcar com o compromisso destes títulos emitidos.

Ainda segundo o professor Jesús Huerta de Soto:

"Esse desajuste ou descoordenação, que tem origem em uma agressão sistemática ao processo de interação social (constituída pelo privilégio concedido pelos governos aos bancos para que atuem com um coeficiente de reserva fracionária no contrato de depósito à vista), gera inevitavelmente um processo de crise que, mais cedo ou mais tarde, põe fim aos erros empresariais cometidos" (SOTO, 2012, p. 356-357).

Pode-se notar que existe uma relação direta entre o processo inflacionário e a rápida expansão da base monetária, principalmente através da concessão de crédito fácil e intensificado através do sistema de reservas fracionárias em vigor no setor bancário, outras causas existem (emissão de moeda, manipulação no mercado de títulos públicos, desoneração de tributos para determinado setor, etc.), mas aqui o foco da análise será apenas a expansão monetária através da oferta de crédito, deixando apenas de maneira elucidativa a expansão da base monetária através da impressão de papel moeda, que seria uma das opções.

No entanto, a expansão da base monetária através da impressão de papel moeda não será o foco desta pesquisa, por não haver para o governo nenhuma garantia que esse dinheiro impresso irá circular, desta forma, não gera certeza que será utilizado para o consumo, ao passo que, o crédito ainda que não exista evidência real, contudo, não faz sentido uma pessoa ou empresa tomar crédito e deixar esse dinheiro parado, ainda que ele possa obter algum rendimento com essa aplicação certamente será menor que o valor dos juros pagos para obter essa soma, ou seja, sempre que temos uma nova operação de crédito, fatalmente será destinada para a compra de bens ou serviços, em último caso, será destinado a saldar débitos contraídos por um consumo já realizado, portanto, esse valor entrará diretamente na economia e passará a circular quase que instantaneamente.

1.1 Analisando os dados no Brasil de acordo com o IBGE e BCB

Ao estimular o consumo de maneira desordenada, o governo faz em última instância, que os produtores analisem o mercado com sinais que não refletem de fato a realidade, induz a visualizar lucros que não existem, lucros que foram falsamente criados através de manipulação governamental em toda a economia e assim são incentivados a cada vez mais aumentar a sua oferta de bens e serviços finais.

Tal situação implica em maior procura por bens de capital e mão de obra, pois agora as empresas devem suprir uma nova demanda que foi artificialmente deslocada para o mercado e que passou a ser incentivada. Uma das leis da economia, e que ainda não pôde ser contestada, nos diz que - *existe uma relação positiva entre demanda e preço, aumentos nos níveis iniciais demandados provocam aumentos nos níveis de preço* - como o custo para produzir está aumentando, este deverá ser coberto de alguma forma, sendo inevitável que haja um repasse para os preços dos bens de consumo, isso ocorrerá de maneira que seja suficiente para cobrir gastos adicionais. No entanto, durante o período em que os níveis de preços crescem em ritmo mais lento que os níveis de empréstimos concedidos, como nos diz os dados do BCB² (1833):

Esse processo é parte essencial de uma expansão da base monetária, entre os anos de 2008 e 2016 a base monetária ampliada brasileira saltou de pouco mais de 1,616 trilhão de reais em dezembro de 2007 para mais de 5,013 trilhões em atualmente (BCB, 1833).

Portanto, mais que dobrou durante esse período, como pode-se ver no Gráfico I a seguir.

² Site: www.bcb.gov.br

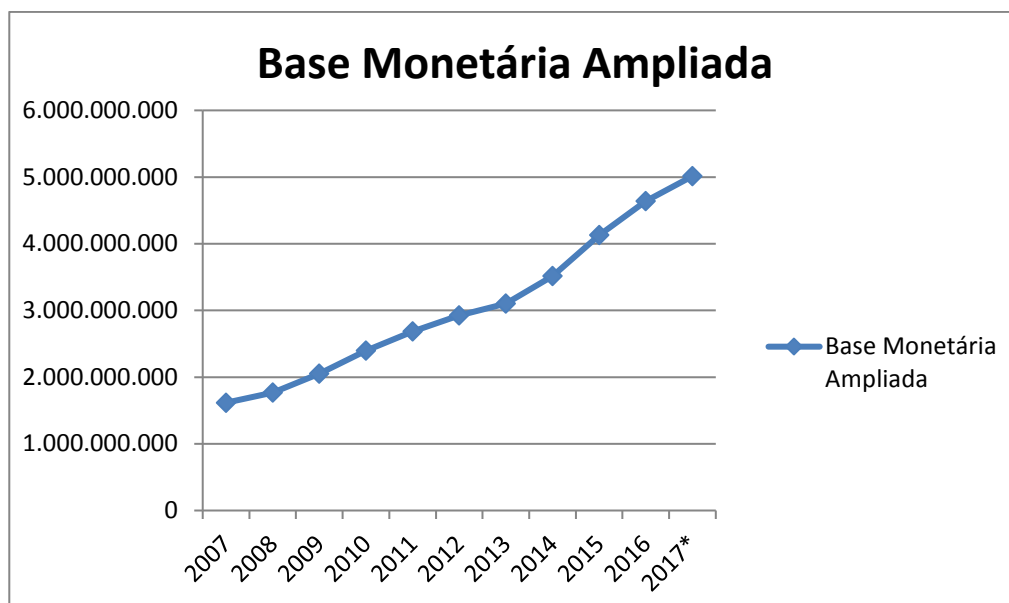


Gráfico I: Dados referentes ao mês de julho de 2017, disponível no site do Banco Central
Valores expressos em u.m.c.(mil)

Enquanto a população ainda acreditar que está sendo beneficiada de alguma forma por esse processo, os níveis de preços poderão estabilizar, haverá margem suficiente para que o governo continue manipulando o mercado, afinal, será preciso manter em nível elevado o volume de emprego, com isso continuará acelerando a base monetária e ofertando crédito barato, assim, novas empresas surgirão; mais mão de obra passa a ser demandada em quantidade cada vez maior.

Entretanto, assim que população e a autoridade monetária descobrir que o aumento nos preços continua em ritmo acelerado e que na verdade não existe nenhum sinal em sentido contrário, sentirão a necessidade de estancar o processo. Todo aquele incentivo passa a pressionar o governo, que encontra-se em um verdadeiro dilema: buscar um fim para inflação de preços ou manter alto o nível de emprego.

É de pleno conhecimento, e perfeitamente verificável que esse processo no Brasil fez parte de todo e qualquer governo que aqui já tenha se instalado, mas que intensificou em 2008, quando o então presidente Luís Inácio Lula da Silva (Lula), surgiu com um discurso surreal e populista, apresentando a verdade oculta sob a justificativa de evitar que a crise mundial afetasse o mercado brasileiro, ordenou reduzir a taxa básica de juros, de forma totalmente impositiva e que os bancos públicos deveriam liderar o repasse desta queda aos consumidores.

Assim, o ex-presidente planejou que grandes somas fossem emprestadas, sobretudo com apoio do BNDES. Vivenciamos, então, a era da prosperidade creditícia no Brasil, com o saldo da carteira de crédito total aumentando mais de três vezes em valores nominais (sem considerar a inflação do período) entre os anos de 2008 e 2016, saindo de pouco mais 943 bilhões de reais em dezembro de 2007 para mais de 3,219 trilhões em dezembro de 2015, de acordo com dos dados do BCB 20539 referentes ao Saldo da carteira de crédito³.

Este período atingiu seu auge, após o processo inflacionário quando o governo foi pressionado. Pode-se ver um processo de retração nas concessões de crédito

³ Site: www.bcb.gov.br

principalmente no que diz respeito ao crédito concedido para as famílias, como nos mostra o Gráfico II a seguir com os dados da evolução ano a ano.

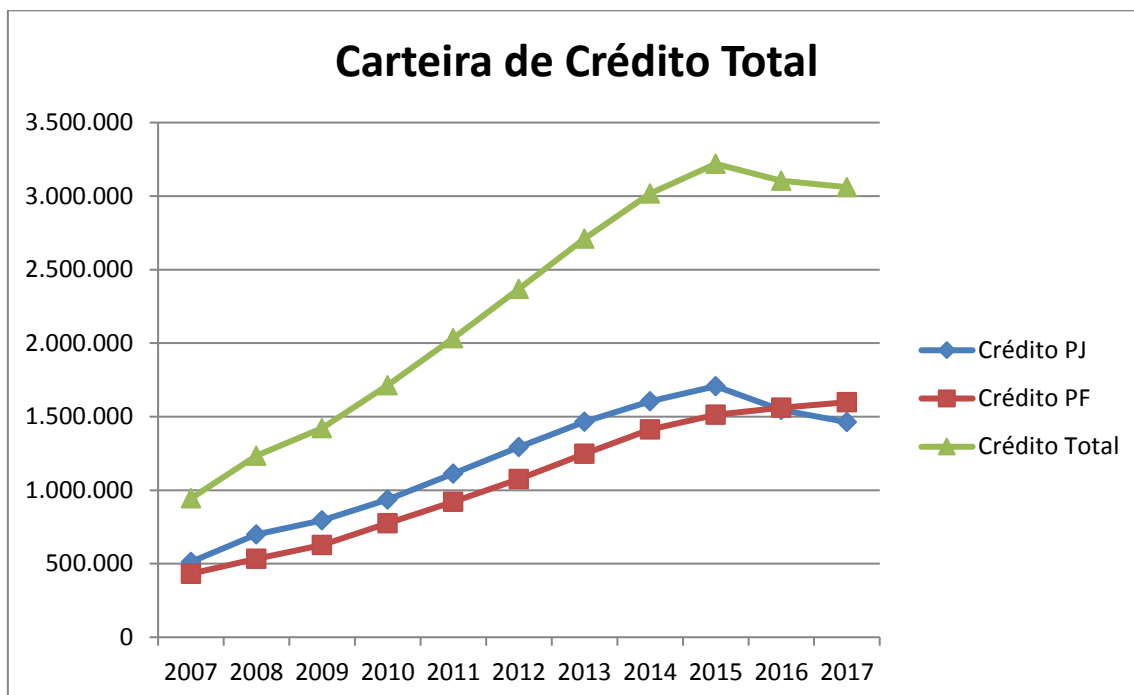


Gráfico II: Dados referentes ao saldo de empréstimos a empresas supera o volume emprestado as pessoas físicas

É possível observar a era do consumo desordenado, ou seja, tudo aquilo que já foi descrito anteriormente, quando chega ao período atual, claramente não poderia ser diferente daquele verificado em diversos locais do mundo. Tão logo o governo se viu fortemente pressionado pelo processo inflacionário, que durante esse período mais que dobrou, saltando de 4,46% a.a no final de 2007 para 10,67% a.a ao final do ano de 2015⁴, após os cortes e a retração na concessão de empréstimo, podemos ver que a trajetória da inflação foi a mesma, assim que foi limitado o acesso ao financiamento, a inflação passa a refletir no mesmo sentido, ou seja, tão logo botou-se um freio na concessão de crédito a inflação começou a cair.

O processo inflacionário começou a desacelerar, os ajustes foram inevitáveis e as consequências esmagadoras, atualmente o país tem quase 14 milhões de desempregados no mês de abril de 2017, em dados mais atuais, nos dias de hoje há cerca de 13 milhões desempregados⁵. Podemos ver o desemprego agindo em sentido contrário a carteira de crédito à medida que a primeira se contraía e a segunda aumentava.

O desemprego pode ser considerado como consequência do movimento de retração ou estagnação do volume de crédito concedido, assim ele reflete o fechamento de empresas ou mudanças na gestão daquelas que ainda permanecerem em atividade, mas que se vêm obrigadas a buscar melhores índices de eficiência, de maneira a propiciar melhor produtividade, como ve-se no Gráfico III e IV que trazem dados do IBGE.

⁴ De acordo com os dados disponíveis no site do IBGE: www.ibge.com.br

⁵ De acordo com os dados disponíveis no site do BCB: www.bcb.gov.br

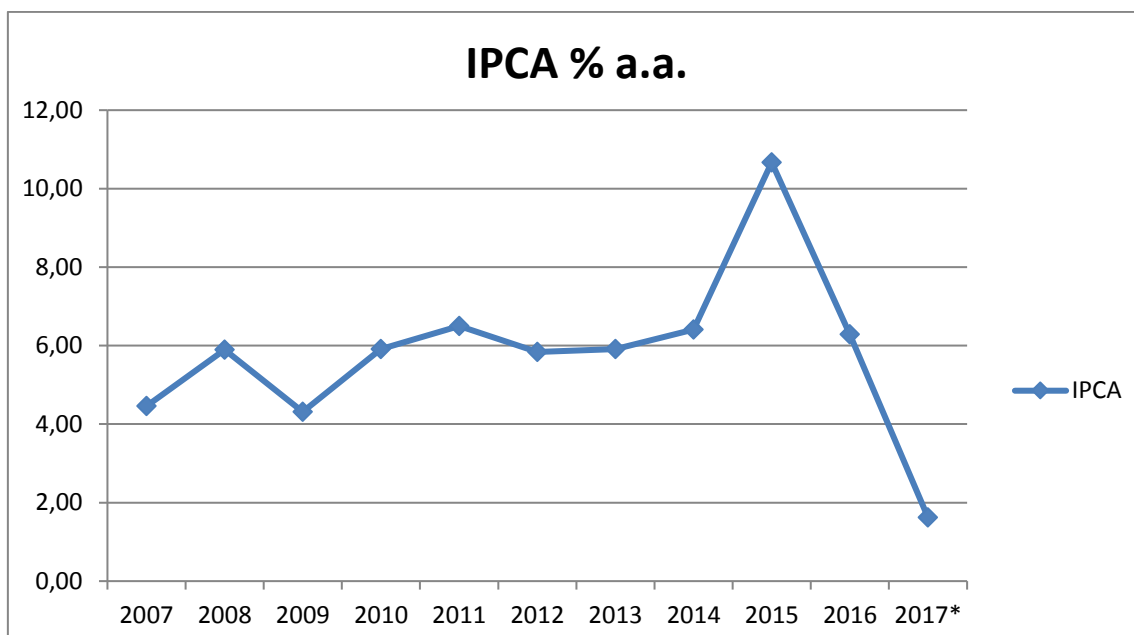


Gráfico III: Dados referentes ao mês de agosto de 2017- disponibilizado pelo IBGE

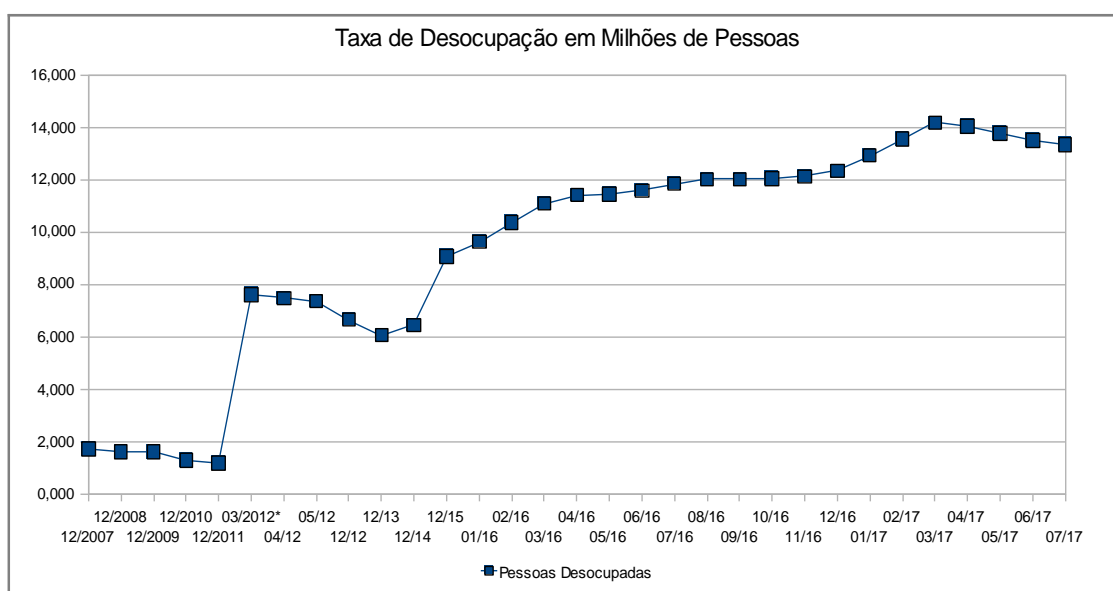


Gráfico IV: Dados referentes ao mês de março de 2012 quando o IBGE atualizou sua metodologia de cálculo.

Pode-se traçar a real ligação entre desemprego e inflação, de forma que identifica-se justamente a concessão de crédito como o motor principal para todo o desequilíbrio causado na economia. É possível observar que toda a distorção ocorre com a injeção descontrolada de crédito e a colocação de dinheiro em circulação, em que a inflação e o desemprego não são na verdade grandezas opostas, mas consequências de políticas irresponsáveis. Cabe ressaltar a demora em evidenciar o processo inflacionário, alguns preços são oficialmente controlados pelo governo, como energia elétrica e os combustíveis.

Por tanto, para reestabelecer o equilíbrio no setor produtivo o mercado põe em ordem aquilo que outrora fora completamente destruído através dos incentivos, como

resposta acaba por gerar algum desemprego, sendo extremamente necessário para que o setor produtivo possa se organizar e voltar a atuar em total harmonia, como afirma Hayek (2011):

Em outras palavras, o desemprego é causado por um desvio do equilíbrio entre preços e salários. Por outro lado, o equilíbrio poderia existir caso houvesse um mercado livre e uma quantidade estável de dinheiro, no entanto, é impossível saber, de antemão, qual seria a estrutura de preços relativos e salários que tornaria possível o estabelecimento do equilíbrio (HAYEK, 2011, p. 29).

Ao passo que os formuladores das políticas econômicas sejam pressionados a impor um freio no processo inflacionário, esse certamente irá trazer consigo consequências extremamente nefastas e inevitáveis. Ao encerrar o processo de expansão da base monetária, esta começa a deixar o mercado por conta própria, mas depois de tanto tempo operando com grave desequilíbrio, que para ser compensado, era necessário uma intervenção do governo através da concessão de crédito, agora o mercado já não será capaz de gerar o mesmo nível de consumo visto nos períodos anteriores.

Com isso, setores que antes eram lucrativos já não despertaram mais o interesse dos empresários e acabarão por deixar de operar, bem como produtores que na maioria das vezes tiveram que recorrer a empréstimos para aumentar sua capacidade produtiva e até mesmo para capital de giro.

Não foram capazes de enxergar a realidade por trás de um fino véu que recobria toda a economia e escondia a verdade sob incentivos estatais, mas só o fazem pela incapacidade de enxergar a realidade do mercado, mas que ao verem chegar ao final do processo, não são capazes de gerar receita suficiente para honrar com todas as obrigações assumidas durante os anos de "prosperidade". Os consumidores não contam mais com os empréstimos para subsidiar o consumo presente, se vêm obrigados a recorrer aos próprios ganhos para que possam investir e comprar bens.

No entanto, o nível de preço já não está mais em patamares como antes no início, foram necessários vários ajustes para cobrir os custos de produção, restando para os consumidores consequência da inflação: a elevação nos níveis de preços, ocasionando a redução ou mesmo o desinteresse em consumir.

Com a redução no volume negociado e com o aumento no custo de produção e aumento no preço da mão de obra; as empresas são obrigadas a se adequar ao consumo real oferecido pelo mercado, ou seja, toda aquela busca por produção passa agora por um processo inverso e a redução faz com que elas sejam obrigadas a demitir funcionários para a melhor adequação do mercado.

Olhando novamente para o caso da construção civil, que antes era a menina dos olhos para os brasileiros, hoje é o setor que mais demite. Todo o ajuste que se faz necessário no sistema produtivo é provocado por grandes distorções do sistema relativo de preços, principalmente, qualquer desemprego presente, na verdade é uma correção do mercado de um período de superemprego.

Mas a análise principal não consiste apenas em olhar para o passado. Aliás, o passado nada mais é do que apenas um retrato de fatos já observados em vários lugares do mundo. O intuito é discutir o que está sendo feito, as medidas que estão sendo tomadas, e principalmente, quais serão as consequências. Ou seja, na tentativa de impedir que os efeitos de uma crise global desembarcassem em solo brasileiro, o governo decidiu criar sua própria crise para evitar uma recessão. O governo federal

lançou o país em uma completa estagnação que por sinal parece estar sendo ressuscitada, se é que um dia ela de fato morreu.

2. A infração no governo Dilma Rouseff

Durante os anos de 2015 e 2016 (2016 principalmente após o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rouseff) os governos de Dilma Rouseff e Michel Temer, anunciaram várias medidas no sentido de tentar reduzir o déficit público. No entanto, ainda no ano de 2014 após vencer o pleito eleitoral, o governo se viu obrigado a liberar enormes reajustes que há muito tempo vinham sendo controlados, tais como combustível e energia elétrica, chegando a 8% nos combustíveis e acerca de 27,6% na energia elétrica, o que levou o início de 2015 ser um ano de enorme pressão.

A inflação já sinalizava que não estava mais sob controle e todo o esforço daquele ano foi na tentativa de combater o processo inflacionário. O ministro da fazenda na época, empenhou o máximo de esforço possível para conseguir uma agenda que buscasse a redução no gasto público, todas as medidas foram prontamente vetadas pela ex-presidente, até os verdadeiros culpados da inflação começar a perder o controle.

Déficit público crescente e concessões massivas de crédito, enquanto 2016, sobretudo após a conclusão do processo de *impeachment*, deu início a um bombardeio de propostas na tentativa de reequilibrar as contas públicas, cortes nos repasses do tesouro, cortes nos gastos públicos, reduções nos subsídios, limitação no crescimento dos gastos públicos durante 20 anos, restrição ao acesso a crédito do BNDES.

Tais impactos tiveram grande parcela de contribuição para que a economia pudesse reconstruir o melhor caminho. Desta forma, foram medidas com eficácia suficiente para trazer alguma confiança para o mercado, como forma de tentar colocar nos trilhos uma economia que vinha sendo fortemente atacada desde 2008.

2.1 O atual 2017

Ao iniciar o ano de 2017, o mercado começa a apontar os primeiros sinais de recuperação, todo o processo de ajuste que vinha sendo divulgado apresenta sinais que será completamente abandonado e entrará em cena a Velha Política Econômica Intervencionista.

Bastaram poucos meses de recuperação para que o governo caminhasse em sentido oposto, aumentando a carga tributária, taxa básica de juros (aquela utilizada para calcular a taxa de juros cobradas pelos bancos no mercado) sofreu um corte de cerca de 40% em praticamente um ano (caindo de 14,25 em setembro de 2016 para 8,25 no início de setembro de 2017)⁶ e com sinal de que poderá cair ainda mais.

No setor agrícola o novo plano safra prevê redução na taxa de juros, bem como uma expressiva elevação no valor disponível para ser emprestado ao setor. O BB e BNDES, planeja uma nova linha de crédito para micro e pequenos empresários, o BNDES lançou ainda um canal que visa facilitar o acesso ao crédito por parte de MPE's, e há ainda o anúncio por parte do presidente do BNDES que o banco estatal trabalha para acelerar a economia em equivalente a seis anos nos próximos seis meses através de maciça concessão de crédito, ou seja, tudo ocorre de forma a fortalecer o anúncio de uma deflação no mês de junho de 2017.

⁶ <https://www.bcb.gov.br/Pec/Copom/Port/taxaSelic.asp>

A ordem nos bancos públicos é mais uma vez a de ser os responsáveis por iniciar essa expansão do crédito e poderá ir muito além, em breve pode ser anunciado um pacote de bondade e alguns setores novamente serão agraciados com fortes incentivos. Como vemos no Gráfico V.

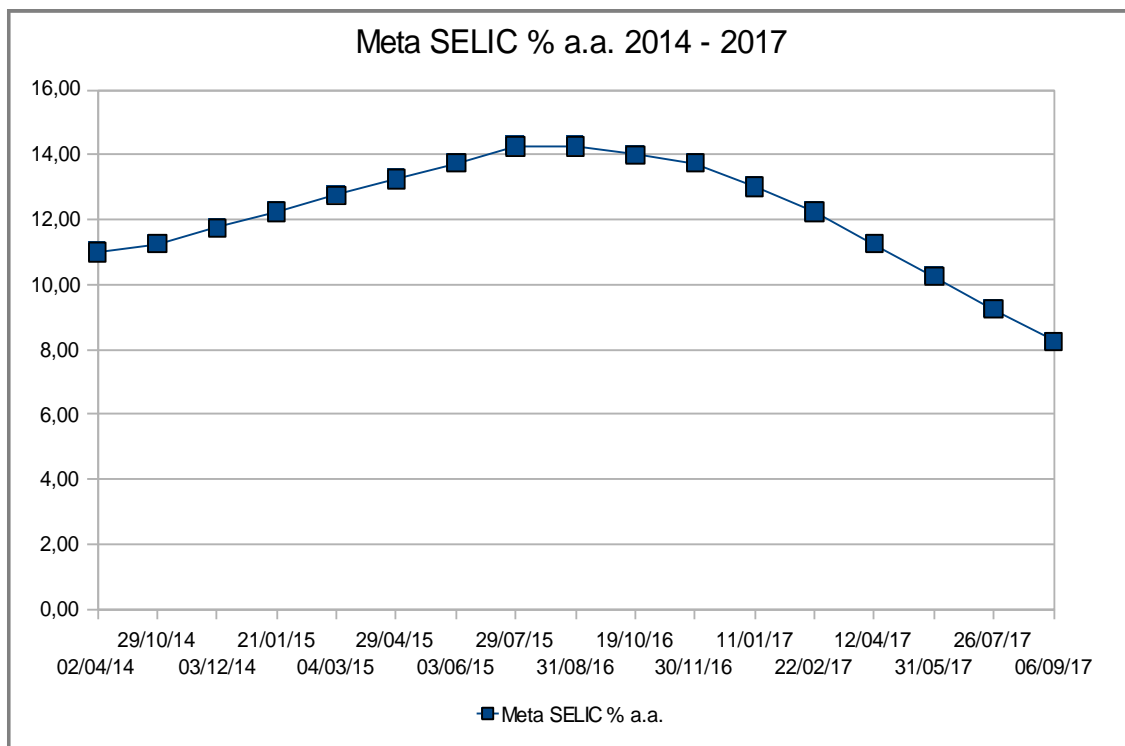


Gráfico V: Taxa Básica de Juros nos últimos anos

Essas medidas visam claramente iniciar um novo processo inflacionário, com estímulos e facilidades no acesso ao crédito, como forma de incentivar o consumo. Aliado a contas públicas com déficits cada vez maiores, população com poder de compra arrasado ao longo dos anos e a inexistência de uma poupança real capaz de sustentar de forma equilibrada novos investimentos, poderá levar o país a uma nova recessão, podendo esta ser ainda maior que a anterior. Aliás, de fato ainda nem terminou, e provavelmente será apenas prolongada.

O que nos resta é saber a intensidade com que virá, a velocidade da expansão do crédito e principalmente a velocidade no aumento do nível de preços.

Quanto maior for o preço mais rápido irá se iniciar o ajuste, e quanto antes a economia começar a se equilibrar, certamente as consequências serão muito menores. Porém, se tal ajuste arrastar por um longo período, muito mais duro e sofrido será o processo para corrigir o mercado, com um número ainda maior de famílias sendo afetadas.

Sabe-se que estímulos em grande proporção podem apenas e tão somente surtir efeito no curto prazo, contudo, suas consequências a longo prazo serão devastadoras, sendo através da compreensão deste fato que poderemos prostrar a economia de pé, de tal modo a garantir que não tenhamos grandes quedas novamente. Aprender com os erros do passado é garantir um futuro sólido e estável:

"Muita gente ainda acredita equivocadamente que um aumento da

demanda agregada eliminará, por algum tempo, o desemprego. Esta solução para o desemprego, muito embora, no mais das vezes, seja bastante eficiente a curto prazo, longe de ter efeitos positivos, vai gerar, mais tarde, um desemprego muito maior. E só a compreensão deste fato pode impedir o público de exercer uma pressão irresistível para retomar a inflação assim que o desemprego for aumentando consideravelmente." (HAYEK, 2011, p. 61)

Em uma economia que ainda não foi capaz de se recuperar totalmente, não teve o tempo hábil para que os devidos ajustes ocorressem; para que o mercado fosse capaz de absorver e realocar capital e mão de obra, que por muito tempo atuaram em setores com volumes artificialmente direcionados. O governo na tentativa de centralizar o planejamento da economia pretende colocar em curso as mesmas políticas que culminaram com milhões de pessoas desempregadas atualmente.

Ainda de acordo com Hayek, quando em uma de suas palestras na década de 70, analisou o resultado das políticas econômicas dos anos anteriores, afirmou:

"O desemprego atual é o resultado direto da miopia das 'políticas de pleno emprego' adotadas nos últimos 25 anos. Esta é a triste verdade que devemos enfrentar, se não quisermos ser levados a tomar medidas que apenas podem agravar a situação. Quanto mais cedo pudermos encontrar um meio de sair desta 'santa ignorância', tanto mais curto será o período de sofrimento." (HAYEK, 2011, p.19)

E assim como o professor Hayek pode observar quais seriam as consequências e quão desastrosas podem ser toda e qualquer tentativa de controlar a economia. Nossa luta não pode e não deve de forma alguma ser diferente do que foi naquela época, a de buscar orientar e mostrar as reais consequências, ainda que esta não seja uma das tarefas mais fáceis, pra não dizer também impopular.

Afinal de contas, políticos e população não querem exatamente ouvir que o desemprego momentâneo se faz extremamente necessário, querem na verdade que surja um Messias, um salvador da pátria dizendo que irá colocar um fim nisso e tem um modelo para gerar empregos novamente. É exatamente o que pode ser visto no Brasil atual, esse ataque de caráter totalmente político, a economia é como um pugilista que ataca seu adversário jogado a lona, enquanto o juiz abre a contagem regressiva.

2.2 A crise de 1923 – EUA⁷

Olhando para o passado podemos ver o futuro, direcionando nosso olhar para o ano de 1923 nos Estados Unidos, entre 1920 e 1921 os EUA passaram por outra crise econômica, porém com menor intensidade e principalmente, com pouquíssima divulgação e conhecimento do grande público. Afinal, sua solução saiu única e exclusivamente dos ajustes de mercado que de forma resumida deu com ajustes salariais para adequar a nova ordem de preços.

O governo fez o que era necessário, cortou seus gastos pela metade, cortou os impostos de renda para que empresas e famílias decidissem onde e como gastar.

Assim que a economia deu os primeiros sinais de recuperação já no ano de 1923,

⁷ Aos interessados no assunto, há vários artigos que retratam o tema no site: <http://mises.org.br>

o governo americano decidiu intervir, desta forma, reduziu drasticamente as taxas de juros, as quais caíram cerca de 40% em poucos anos, visando acabar com um processo de deflação que se iniciava através de um ajuste de mercado que veio a ocorrer livremente. Neste contexto, patrões e empregados puderam negociar salários livremente e principalmente, foi possível efetuar cortes nos salários, de maneira a adequar a nova realidade de preços que estavam em queda.

Foi nesse momento que o governo americano resolveu intervir aplicando uma política expansionista, o FED. O governo americano resolveu inundar a economia com crédito e foi intensificado com o processo de criação de moeda através do sistema de reservas fracionárias, como já foi apresentado.

Fizeram com que os bancos pudessem emprestar cada vez mais e com juros menores, servindo de base para inflar uma bolha especulativa na bolsa de Nova Iorque, onde havia ações com enormes valorizações sem que as empresas realizassem novos investimentos. Assim, aumenta-se a produção ou seus lucros e ganha alta no valor de mercado provocado por essa forte especulação criada com dinheiro colocado no mercado com a cobrança de juros baixos.

Com esta atitude, os EUA possibilitou a atração de milhares de pessoas que buscavam ganhos aparentemente fáceis, e que se endividavam cada vez mais para apenas especular, sem haver aumentos na produção que sustentava todo esse capital colocado no mercado.

Ao contrário do que ocorreu em 1929, ou seja, foi amplamente divulgado e ensinado na maioria das escolas, não foi uma crise inerente ao capitalismo, mas sim, um processo de ajuste de uma economia que por anos foi manipulada por governos, e que pressionados por um processo inflacionário, se viram obrigados a reduzir os níveis de empréstimo e a frear a expansão monetária como uma tentativa de segurar a alta de preços que assolava o país.

A crise de 29, na verdade, não é a causa real dos anos de depressão que vivenciaram os EUA, mas sim apenas consequência do processo de expansão monetária por lá vivido durante muitos anos. Toda e qualquer tentativa de esconder o problema, acaba sucumbindo por piorá-lo, como defende o autor Hayek (2011):

"No entanto, a impossibilidade de evitar o ressurgimento do desemprego em volume considerável não é decorrente de uma falha do 'capitalismo' ou da economia de mercado, mas sim uma consequência exclusiva de nossos próprios erros - erros que poderiam ter sido evitados se tivéssemos recorrido à experiência passada e a todo o conhecimento que temos disponível." (HAYEK, 2011, p.35)

Algumas considerações

Portanto, até aqui apresentou-se algumas características presentes e similares as vividas naqueles anos 20, forte redução na taxa de juros, facilidade na concessão de empréstimo, estímulos ao consumo cada vez maiores, aumento de impostos para tentar combater o déficit público crescente, medidas totalmente na contra mão do que se deve ser feito. Não deve-se esperar que isso leve a uma crise mundial, como em 29, afinal, o papel desempenhado pelo Brasil ainda é muito tímido no cenário global.

No entanto, não se espera que ao adotar medidas, já mostradas por diversas vezes como ineficientes, além de possuírem um poder de destruição gigantesco, pode

ocorrer apenas consequências catastróficas para os trabalhadores e empresários que aqui vivem.

Deve-se deixar o mercado atuar livremente, os ajustes devem acontecer, por mais dolorosos que possam parecer. As pessoas devem continuar a empreender, sem imposição de barreiras, deixar que crie empregos reais e sustentáveis, reduzir o peso dos impostos para que as pessoas e empresas possam consumir e investir cada vez mais.

Cortar os gastos governamentais em todos os setores, realizar a venda mais que urgente de empresas estatais, assim a economia poderia se recuperar muito mais rápido e de forma muito mais saudável.

De acordo com os pensamentos de Hayek (2011), o autor que foi um grande defensor do livre mercado, o nosso caminho é seguir e aperfeiçoar na medida do possível seus ensinamentos e honrá-lo na luta por reduzir o controle estatal. Ou seja, desta forma as pessoas e empresas que têm o desejo de praticar trocas de forma totalmente voluntárias, possam realizar suas vontades.

Deixar o mercado livre para efetuar suas correções necessárias, bem como para que aloque de forma efetiva e perene os meios de produção, assim, o consumo possa enfim ditar o que deve ou não ser produzido, portanto:

"Devemos, sem dúvida, esperar que a recuperação decorra de uma revitalização do investimento. No entanto, só podemos desejar o investimento que se prove rentável e que possa ter continuidade quando uma nova situação de estabilidade satisfatória e de alto nível de emprego for atingida. Não se deve esperar que se chegue a essa situação através de subsídios ao investimento ou de taxas de juros artificialmente baixas. E muito menos ainda se pode esperar que o tipo desejável, ou seja, estável, de investimento se materialize através de estímulo à demanda do consumidor." (HAYEK, 2011, p. 63)

A história mostra quais são os resultados, ao se decidir por aplicar tais medidas, as consequências certamente serão as mesmas, só resta envidar todo o esforço possível para não permitir que se cometam os mesmos equívocos do passado, principalmente quando este passado está ainda tão presente.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em < www.bcb.gov.br>. Acesso em 20 de set. 2017.

_____. Relatórios BCB 1786; 1787; 1788. Disponível em < www.bcb.gov.br>. Acesso em 20 de set, de 2017.

_____. Relatório BCB 20539. Disponível em www.bcb.gov.br. Acesso em 20 de set, de 2017.

HAYEK, Friedrich August Von. **Desemprego e Inflação**. 2ª Edição. Editora Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2011.

SOTO, Jesús Huerta de. **Moeda, Crédito Bancário e Ciclos Econômicos**. 1ª Edição, Editora Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2012.

MISES BRASIL. Disponível em <<http://mises.org.br/Article.aspx?id=610>>. Acesso em 25 de set. de 2017.

_____. Disponível em <<http://mises.org.br/Article.aspx?id=2594>>. Acesso em 25 de set. de 2017.